



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

Processo n.º 3983/2016-e

Origem: Cidadão

Assunto: Representação

Ementa: Representação de cidadã acerca de possível irregularidade no acesso das praças ao oficialato (posto de Segundo-Tenente BM), no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, consubstanciada na abertura de processo seletivo interno, que teria por objetivo atender as referidas promoções. Despacho Singular n.º 069/2016 – GC/PT (Ratificado pela Decisão n.º 527/2016): conhecimento da representação, concessão de medida cautelar para suspensão do processo seletivo e remessa dos autos à SEFIPE para as devidas providências. Instrução sugerindo o sobrestamento do feito até o deslinde do Processo n.º 35730/2014-e. Manifestação da Casa Militar e do CBMDF. Decisão n.º 4179/2016: devolução dos autos à SEFIPE para análise de mérito da representação. Análise de mérito da representação por esta DIADM: procedência parcial, revogação da cautelar deferida e regular seguimento do processo seletivo, condicionado a retificação de normativos pertinentes pelo CBMDF. Parecer divergente do MPJTCDF: conversão do feito em nova diligência. Despacho Singular n.º 046/2017 - GC/PT: devolução dos autos à SEFIPE para complementação da instrução em face da entrada de novos documentos. Juntada de documentos. Ratificação dos termos da instrução anterior com ajustes, em face de inovação legislativa. Parecer convergente do MPJTCDF com ressalvas. Despacho Singular n.º 319/2017 – GC/PT: devolução dos autos à SEFIPE para retificação ou ratificação da instrução anterior, em face da entrada de novo documento.

- Retificação dos termos da instrução anterior: Pela perda de objeto da representação em exame, em face do disposto no art. 5º da Lei n.º 13459/2017, bem como por alerta ao CBMDF, quanto ao momento de aferição do requisito de escolaridade relativo à promoção aos quadros a que alude o art. 79 da Lei n.º 12086/2009.
- Pelo arquivamento dos autos.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de Representação oferecida por cidadã, acerca de possíveis irregularidades no procedimento utilizado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para o acesso de praças ao oficialato (Quadros de Oficiais Bombeiros Militares Intendentes – QOBM/Int., Condutores e Operadores de Viaturas – QOBM/Cond., Músicos - QOBM/Mus. e de Manutenção – QOBM/Mnt), consubstanciadas na deflagração de processo seletivo interno para aferição do mérito intelectual dos candidatos e consequente matrícula no Curso Preparatório de Oficiais (CPO/2016).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

2. Em brevíssima síntese, a representação versa sobre dois questionamentos gerais, a saber: 1) o CBMDF não poderia aplicar a regra de processo seletivo interno para aferição do mérito intelectual das praças da Corporação, com vistas a lhes proporcionar o acesso ao oficialato, prevista no art. 79, I (em sua redação original), da Lei 12086/2009¹, posto que pendem de regulamentação as regras de funcionamento e as competências das Comissões de Promoção pelo Poder Executivo federal (art. 94, § 3º² do mesmo diploma); 2) ainda que fosse possível a realização do citado processo seletivo, haveria irregularidades no respectivo edital normativo (Edital

¹ Art. 79. Para ingresso nos QOBM/Intd, QOBM/Cond, QOBM/Mús e de QOBM/Mnt, no posto de Segundo-Tenente, a Praça obedecerá às seguintes regras:

I - ser selecionada dentro do número de vagas fixadas em edital, com base no Anexo III, para os respectivos Quadros, mediante aprovação em processo seletivo destinado a aferir o mérito intelectual dos candidatos;

II - possuir diploma de curso superior obtido em instituição de ensino superior reconhecida pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal;

III - ter concluído, com aproveitamento, o Curso de Aperfeiçoamento de Praças ou equivalente;

IV - possuir, no mínimo, 18 (dezoito) anos de tempo de serviço na ativa, até a data de inscrição do processo seletivo; e

V - concluir, com aproveitamento, o Curso Preparatório de Oficiais.

§ 1º As vagas a que se refere o inciso I do caput serão preenchidas mediante a transposição dos militares oriundos da:

I - Qualificação Bombeiro Militar Geral Operacional - QBMG-1 para o QOBM/Intd;

II - Qualificação Bombeiro Militar Geral de Condutor e Operador de Viaturas - QBMG-2 para o QOBM/Cond;

III - Qualificação Bombeiro Militar Geral de Manutenção - QBMG-3 para o QOBM/Mnt; ou

IV - Qualificação Bombeiro Militar Geral de Músico - QBMG-4 para o QOBM/Mús.

§ 2º As exigências de que tratam os incisos I, II e IV do caput serão aplicadas após 5 (cinco) anos contados da data de publicação desta Lei.

§ 3º No período de transição a que se refere o § 2º, a transposição aos Quadros de que trata o caput será processada observando-se as disposições desta Lei e o seguinte:

I - 50% (cinquenta por cento) das vagas existentes pelo critério de antiguidade;

II - 50% (cinquenta por cento) das vagas pelo critério de merecimento, observadas as regras de promoção de que tratam os incisos I a III do § 2º do art. 71;

III - o candidato deverá ser Subtenente ou, quando não houver Subtenente habilitado, deverá ser Primeiro-Sargento; e

IV - o militar deverá ter concluído, com aproveitamento, o Curso de Habilitação de Oficiais e possuir certificado emitido por instituição de ensino médio ou equivalente autorizada ou reconhecida pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal;

§ 4º A contar da data da publicação desta Lei, os Oficiais existentes no QOBM/Adm passam a integrar os seguintes Quadros:

I - o QOBM/Intd, se militar oriundo da QBMG-1; e

II - o QOBM/Cond, se militar oriundo da QBMG-2.

² Art. 94. A Comissão de Promoção de Oficiais e a Comissão de Promoção de Praças, de caráter permanente, são órgãos de processamento das promoções, sendo constituídas por membros natos e efetivos, tendo as seguintes competências:

(...)

§ 3º As regras de funcionamento e as competências das Comissões de Promoção serão estabelecidas pelo Poder Executivo federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

n.º 1/2016 – DEPCT/DIREN/CBMDF, publicado no Boletim Geral n.º 028, de 12/02/2016).

3. Mediante o Despacho Singular n.º 069/2016 – GC/PT³ (Ratificado pela Decisão n.º 527/2016), a representação foi conhecida, dentre outras providências, *in litteris*:

“I – conhecer da presente representação, bem como da documentação que a acompanha;

II - conceder a cautelar requerida, uma vez que estão presentes os requisitos para tanto (perigo da demora e fumaça do bom direito), determinando ao CBMDF que suspenda o processo seletivo regulado pelo Edital nº 1/2016 – DEPCT/DIREN/CBMDF;

III – diante da inegável urgência que o caso requer, determinar ao CBMDF que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifeste acerca das possíveis irregularidades levantadas na representação ora em exame;

IV- autorizar:

1) que se de ciência desta decisão à autora da exordial;

2) o encaminhamento de cópia da documentação mencionada no inciso I ao CBMDF, para que se possa dar cumprimento ao item III;

3) a devolução dos autos à SEFIPE, para a adoção das providências de praxe, alertando-a de que estes autos deverão ter preferência para instrução, tão logo se tenha o CBMDF pronunciado a respeito”. (grifamos)

4. Tempestivamente, manifestaram-se a Casa Militar e o CBMDF, mediante os Ofícios n.ºs 545/CM/GOV/GDF, acompanhado de anexo (Peça 12), e 072/2016 – ASJUR/Cmt-Geral (Peça 14), juntados eletronicamente aos autos.

5. Releva observar que a primeira parte da representação, ou seja, a definição das regras que amparam o acesso das praças do CBMDF ao oficialato (posto de Segundo-Tenente BM), relativamente aos quadros a que se refere o art. 79 da Lei n.º 12086/2009, notadamente quanto à realização de processo seletivo (primeiro questionamento da representação), já era objeto de debate no Processo n.º 35730/2014-e.

³ O mencionado Despacho foi ratificado pela Decisão n.º 527/2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

6. Naqueles autos, mediante a Decisão n.º 4109/2016⁴, esta Corte entendeu pela plena aplicabilidade do art. 79 da Lei n.º 12086/2009, decorrido o prazo de 5 (cinco) anos estabelecido no § 2º daquele dispositivo.

7. Em face da referida deliberação, o MPjTCDF interpôs Pedido de Reexame, que não foi conhecido por esta Corte, a teor da Decisão n.º 5152/2016, sendo o Processo n.º 35730/2014-e definitivamente arquivado.

8. Nesse contexto, na penúltima instrução (Peça 32) analisamos o mérito da representação, relativamente às possíveis irregularidades no processo seletivo interno, deflagrado para aferição do mérito intelectual dos candidatos e consequente matrícula no Curso Preparatório de Oficiais (CPO/2016), regulado pelo Edital n.º 1/2016 – DEPCT/DIREN/CBMDF, publicado no Boletim Geral da Corporação n.º 028, de 12/02/2016, visto que esta Corte já havia proferido decisão definitiva quanto à outra parte da matéria constante da exordial, qual seja, possibilidade de processo seletivo para ingresso no CPO.

9. Após a análise das informações pertinentes, concluímos que os fatos ventilados na representação eram procedentes em parte, havendo irregularidade tão-somente na exigência de diploma de curso superior **no momento da matrícula no CPO**, conforme dispõem o subitem 1.6, “b”, do edital normativo do processo seletivo; o art. 3º, I, da Portaria n.º 17 (Normatiza o Curso Preparatório de Oficiais – CPO/BM, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal); bem como o art. 4º, I, da Portaria n.º 18 (Estabelece diretrizes para o ingresso da praça nos Quadros de

⁴ O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: 1) do Ofício n.º 001/2015-ASJUR/Cmt.-Geral, considerando cumprido o item II da Decisão Liminar n.º 22/2014-P/AT, referendada pela Decisão n.º 39/2015; 2) de cópia do Processo n.º 0053-002575/2014-CBMDF, juntada aos autos eletronicamente, conforme petição dos Srs. Alcionir Urcino Aires Ferreira e Renilson Santos de Roma; 3) de missiva do Sr. Alcionir Urcino Aires Ferreira, que traz consigo cópia de parecer da OAB/DF acerca da matéria; 4) dos e-docs CBOBC93D-c e 843FF7B2-c; II – indeferir os pedidos de sustentação oral formulados após a proferição do voto levado a Plenário na Sessão Ordinária n.º 4850, de 15.03.16, por força do § 4º do art. 64 do RI/TCDF, bem como o pedido no sentido de que a Corte determine ao CBMDF que realize as promoções objeto de discussão dos autos em exame com base na Lei n.º 7.479/86, por força do entendimento constante do item III, abaixo; **III – considerar improcedente a Representação n.º 37/2014-DA, oriunda do Ministério Público junto à Corte, tendo em vista a plena aplicabilidade do art. 79 da Lei n.º 12.086/2009 após o prazo de cinco anos estabelecido em seu § 2º**; IV – dar conhecimento desta decisão ao autor da exordial e ao CBMDF; V – autorizar o arquivamento dos autos. Vencido o Revisor, Conselheiro MÁRCIO MICHEL, que manteve o seu voto. (grifamos)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

Oficiais Bombeiros Militares de Administração - QOBM/Adm. e Especialistas - QOBM/Esp., no posto de Segundo-Tenente, conforme previsto no art. 79, da Lei n.º 12.086, de 6 de novembro de 2009), ambas publicadas no Boletim Geral n.º 074, de 17/04/2014.

10. Isso porque o art. 79, *caput*, da Lei n.º 12086/2009 dispõe que as exigências ali listadas são necessárias para ingresso **nos quadros** que especifica, o que ocorrerá somente com a promoção ao posto de Segundo-Tenente, posteriormente à conclusão do CPO. Nossa sugestão, portanto, constante do respectivo relatório, foi em essência no sentido de que se desse seguimento ao processo seletivo, com a revogação da medida cautelar que o mantém suspenso, condicionado a retificação dos normativos mencionados no parágrafo anterior, para deixar claro aos candidatos que o diploma de curso superior será exigido no momento do ingresso nos quadros a que alude o art. 79 da Lei n.º 12086/2009, e não na matrícula do CPO.

11. De seu turno, o MPJTCDF, mediante o Parecer n.º 1130/2016 – DA (e-DOC 8A008809-e), divergindo dessa Unidade Técnica, pugnou pela conversão do feito em nova diligência, posto que, segundo o *Parquet*, “*a questão merece uma análise mais acurada, tendo em conta os questionamentos suscitados no citado Processo Administrativo nº 053.000.337/2016-CBMDF; a necessidade de regulamentação do Curso de Formação de Oficiais mediante ato do Poder Executivo; a adoção de critérios de interpretações diferenciados realçado no parágrafo precedente; bem como o envio de Minuta de Medida Provisória pelo GDF para efeito de apreciação no âmbito federal, regulando a matéria*”.

12. Juntou-se eletronicamente aos autos documento (Peça 37) subscrito pela representante que noticia envio de minuta pelo GDF à Presidência da República, propondo alteração no art. 79, I, da Lei n.º 12086/2009, de modo que 50% das vagas do CPO sejam ocupadas pelo critério de antiguidade e os demais 50% mediante aprovação em processo seletivo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

13. Mediante o Ofício n.º 003/2017 – ASJUR/Cmt-Geral, também juntado eletronicamente aos autos (Peça 43), o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, além de noticiar a publicação da Medida Provisória n.º 760/2016, no Diário Oficial da União em 23/12/2016, que estabelece para ingresso no CPO os critérios de antiguidade (50% das vagas) e merecimento intelectual (demais 50%), mediante aprovação em processo seletivo, solicitou pronunciamento desta Corte com vistas a reiniciar os trabalhos atinentes ao processo seletivo.

14. Por sua vez, o Conselheiro Relator do feito, considerando a entrada dos novos documentos citados, notadamente a edição da medida provisória acima referida, devolveu os autos a esta Unidade Técnica para instrução complementar, o que se produziu na instrução antecedente dos presentes autos (Peça 47). No respectivo relatório, consignamos que a edição da referida Medida Provisória não alterava as conclusões desta Unidade Técnica constantes da penúltima instrução, porquanto o processo seletivo interno ainda será aplicável à metade das vagas disponíveis do CPO, de modo que se afira o mérito intelectual dos concorrentes.

15. Assim, no relatório precedente, mantivemos o entendimento anteriormente exposto de que a representação era procedente, em parte, cujas proposições, de qualquer sorte deveriam sofrer ajustes, notadamente em face da inovação legislativa mencionada. Em conclusão, propusemos que esta Corte revogasse a medida cautelar anteriormente deferida, autorizando o CBMDF a dar continuidade ao processo seletivo em comento, no tocante às vagas fixadas pelo art. 79, I, “b”, da Lei n.º 12086/2009 (com redação dada pela Medida Provisória n.º 760/2016), promovendo-se as retificações nos respectivos normativos, conforme alhures exposto.

16. Em nova oportunidade, o MPJTCDF, mediante o Parecer n.º 346/2017 – DA (Peça 49), noticiou que a Medida Provisória n.º 760/2016 foi convertida na Lei n.º 13459/2017, a qual manteve o critério de distribuição das vagas para ingresso no CPO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

(50% por antiguidade e 50% por merecimento), dando nova redação ao art. 79, I⁵, da Lei 12086/2009, bem como que a Lei n.º 13459/2017 estabeleceu critérios de transição até a realização do CPO, em seu art. 5º, *in litteris*:

“Art. 5º Não será realizado o curso de que trata o inciso I do **caput** do art. 79 da Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, em cada Quadro, **enquanto não forem promovidos, exclusivamente pelo critério de antiguidade, os subtenentes que possuam o Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), na data da publicação desta Lei**, cumpridas as demais exigências estabelecidas para a promoção na Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009.” (grifamos)

17. Informou também o *Parquet* especializado que a referida regra foi abordada nos autos do Processo n.º 22262/2016⁶, sendo adotada como razão de decidir, o que culminou na Decisão n.º 3066/2017, de seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **dar provimento à pretensão recursal com fundamento no art. 5º da Lei federal nº 13.459/2017, que prevê que não será realizado o Curso Preparatório de Oficiais – CPO, disciplinado no art. 79 da Lei Federal nº 12.086/2009, enquanto não forem promovidos, exclusivamente pelo critério de antiguidade, os subtenentes que possuam o Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), na data da publicação daquela lei**; II – dar ciência desta decisão à procuradora dos recorrentes indicada no e-DOC 39125756-c, ao Ministério Público junto à Corte e ao Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal; III – autorizar a devolução do feito em exame à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE, para os devidos fins, determinando que verifique o cumprimento do previsto no item I precedente, em futura auditoria.” (grifamos)

⁵ Art. 79. Para ingresso nos QOBM/Intd, QOBM/Cond, QOBM/Mús e QOBM/Mnt no posto de Segundo-Tenente, a Praça obedecerá às seguintes regras: [\(Redação dada pela Lei nº 13.459, de 2017\)](#)

I - ser selecionada dentro do somatório de vagas disponíveis no respectivo Quadro para matrícula no Curso Preparatório de Oficiais (CPO), sendo: [\(Incluído pela Lei nº 13.459, de 2017\)](#)

a) 50% (cinquenta por cento) das vagas ocupadas pelo critério de antiguidade; [\(Incluída pela Lei nº 13.459, de 2017\)](#)

b) 50% (cinquenta por cento) das vagas ocupadas mediante aprovação em processo seletivo de provas, de caráter classificatório e eliminatório, destinado a aferir o mérito intelectual dos candidatos; e [\(Incluída pela Lei nº 13.459, de 2017\)](#)

(...)

⁶ Representação formulada por cidadãos, mediante advogado constituído, acerca de possíveis irregularidades no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, consubstanciadas no cerceamento do direito de promoção ao oficialato de Subtenentes da Corporação, que teriam implementado os respectivos requisitos, em especial a conclusão do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) dentro do período de transição previsto na Lei n.º 12086/2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

18. Assim, na visão do órgão ministerial, a continuidade do processo seletivo em comento pelo CBMDF, para efeito de promoção por merecimento, deveria seguir as diretrizes fixadas no art. 5º da Lei n.º 13459/2017, bem como na Decisão n.º 3066/2017, sendo objeto de acompanhamento em futura auditoria. Nesse sentido, opinou o MPjTCDF pelo acolhimento das sugestões ofertadas por esta Unidade Técnica, com as ressalvas anteriores.

19. Juntou-se eletronicamente aos autos documento oriundo do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil – FONAP (Peça 53), por meio do qual em essência também se noticia a conversão da Medida Provisória n.º 760/2016 na Lei n.º 13459/2017, com enfoque na regra contida no art. 5º da referida lei, dispositivo já transcrito. Em vista disso, o subscritor do documento requer a extinção do presente feito sem julgamento de mérito, posto que, segundo ele, os fundamentos jurídicos que deram origem ao processo seletivo em comento não mais se sustentam, em face da referida inovação legislativa, bem como do julgamento do Processo n.º 22262/2016.

20. Nesse sentido, mediante o Despacho Singular n.º 319/2017 – GC/PT (Peça 55), o Conselheiro Relator determinou o retorno dos presentes autos a esta Secretaria para fins de retificação ou ratificação da instrução precedente, o que se objetiva fazer nesse momento processual.

21. Com efeito, com a regra de transição contida no art. 5º da Lei n.º 13459/2017, no sentido de que o CPO só poderá ser realizado após serem promovidos exclusivamente pelo critério de antiguidade todos os Subtenentes que já eram detentores do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), na data da publicação do referido diploma legal, não será possível no momento a realização do processo seletivo em comento, razão pela qual, a representação em exame, em nosso entender, perde seu objeto.

22. Lado outro, em face do que fora observado no edital examinado nos presentes autos, a nosso ver, cabe alertar ao CBMDF que, quando da realização do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

CPO, o diploma de curso superior, requisito necessário à promoção das praças ao oficialato, constante do art. 79, II, da Lei n.º 12086/2009, deve ser exigido no momento do ingresso nos quadros a que alude o referido artigo, e não na matrícula daquele curso.

23. Por fim, propomos o arquivamento dos presentes autos, vez que neles não há pendências de outra ordem.

Ante o exposto, retificando os termos da instrução precedente, sugerimos:

I – tomar conhecimento dos Ofícios n.ºs 545/CM/GOV/GDF, acompanhado de anexo (Peça 12), e 072/2016 – ASJUR/Cmt-Geral (Peça 14), encaminhados pela Casa Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em atendimento ao Despacho Singular n.º 069/2016 – GC/PT, ratificado pela Decisão n.º 527/2016; bem como do documento protocolado pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil – FONAP (Peça 53);

II – deliberar pela perda de objeto da representação em exame, em face do disposto no art. 5º da Lei n.º 13459/2017, o qual estabelece que não será realizado o Curso Preparatório de Oficiais – CPO, disciplinado no art. 79, I, da Lei n.º 12086/2009, enquanto não forem promovidos, exclusivamente pelo critério de antiguidade, os Subtenentes que possuam o Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), na data da publicação daquela lei, revogando-se, em consequência, a medida cautelar deferida pelo Despacho Singular n.º 069/2016 – GC/PT;

III – alertar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF que, quando da realização do Curso Preparatório de Oficiais – CPO, o diploma de curso superior, requisito necessário à promoção das praças



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

ao oficialato, constante do art. 79, II, da Lei n.º 12086/2009, deve ser exigido no momento do ingresso nos quadros a que alude o referido artigo, e não na matrícula daquele curso;

IV – dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida à signatária da representação preambular, ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, bem como ao Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil – FONAP;

V – autorizar o arquivamento dos presentes autos.

À superior consideração.

Brasília, 9 de agosto de 2017.

Carlos Antonio Costa dos Santos

Auditor de Controle Externo

Matrícula n.º 672-6